

GLOZMAN, M. Entrevista com *ReVEL*, v. 21, n. 41, 2023. Tradução de Mônica Rigo Ayres. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

A(s) linguística(s) e a linguagem neutra: Entrevista com Mara Glozman

Mara Glozman¹

ReVEL – Você investiga a linguagem e os movimentos políticos da Argentina (século XIX/peronismo/feminismo): podemos falar de algum avanço linguístico com relação ao feminismo a partir da defesa do gênero neutro?

Mara Glozman - A questão levanta um ponto de partida interessante para pensar esta problemática: a questão das temporalidades, isto é, a complexa inscrição temporal dos debates atuais, o que implica pensar a incidência dos processos de maior duração, as relações do presente com outros momentos históricos e também as condições mais específicas dessa situação. Nesse sentido, é relevante questionar que traços de historicidade carregam os discursos metalinguísticos feministas do presente, e também que novos desenvolvimentos formulam. Gostaria de destacar essa dimensão sobre a questão a respeito do avanço sobre o gênero neutro porque, muitas vezes, tanto as posições que defendem ou impulsionam as transformações nas formas de gênero gramatical como aquelas que as desafiam parecem reforçar a ideia comum de que vivemos – no que as políticas da linguagem se referem – um tempo excepcional, um cenário extraordinário ou fora de série. Ou seja: em ocasiões se discute sobre o tema como se fosse extraordinário – para o bem ou para o mal, sob a forma de reivindicação ou de indignação – que um movimento político enfoque na linguagem e procure transformar algum de seus aspectos. Isso não é bem assim.

¹ Universidad Nacional de Hurlingham

Os debates atuais sobre o gênero gramatical e sua relação com o direito à identidade ou expressão de gênero podem ser compreendidos como um nó – com suas singularidades, sem dúvida – de uma trama histórica maior: o fato de que surjam propostas de intervenção ou transformação da língua ou de algum aspecto da linguagem dentro de movimentos políticos ou como componente de um programa político mais geral não é, em si, novidade. No caso da Argentina, os parênteses que a pergunta incorpora permitem pensar dimensões dessa ideia. Sem querer ser exaustiva, menciono dois nós: os ensaios do segundo terço do século XIX, que projetavam na língua a emancipação política da colônia espanhola; e as intervenções do segundo governo de Juan D. Perón (1952-1955) em busca da soberania linguística a partir de um projeto político nacional e popular com alcance latino-americano. Essa (in)tensa relação entre língua e política ou identidade política gera nos debates atuais sobre gênero neutro ou não binário. Contudo, a maneira como essa relação aparece nas políticas de gênero atuais tem suas especificidades.

Em primeiro lugar, podemos ver um deslocamento da relação entre língua(gem) e identidade política desde uma imaginação nacional até modos de subjetivação mais individualizado. Isso também inclui um deslocamento das categorias com as quais se concebem as intervenções linguísticas: a partir de uma noção predominante de *idioma* ou *língua* (que percorre os séculos XIX e XX, respectivamente) em direção a uma ideia geral de linguagem. Observadas em uma perspectiva histórica, as intervenções atuais têm outro traço diferencial: se produzem de maneira direta, menos centralizada em uma elite específica (como no século XIX) ou no governo do estado (como foi proposto no peronismo “clássico”).

Em segundo lugar, a problematização dos usos de forma com traço gramatical de gênero nas expressões que se referem a pessoas faz parte de uma política que articula a intervenção linguística com direitos humanos e civis em relação à identidade de gênero. Nesse sentido, poderíamos distinguir, de forma um tanto esquemática e para fins de exposição, duas grandes abordagens da problematização da ligação entre linguagem e perspectiva de gênero. De um lado, os feminismos que questionam os usos de masculino em expressões no plural para referir grupos variados em relação à identidade sexo-gênero das pessoas que os compõem. Há posições que, desde essa perspectiva, promovem a duplicação em masculino e feminino (“alunos e alunas”) ou usam formas não binárias que não permitem usar o que se chama de “masculino

universal” (“alumnas”, “alumnxs”). Também é promovida a marcação de feminino de expressões que se referem a mulheres, por exemplo, em profissões e cargos (“presidenta”). Por outro lado, os feminismos que colocam em questão o binarismo de gênero, que articulam suas demandas com manifestações e políticas dos movimentos LGBTIQ+, reivindicando também o direito das pessoas não-binárias de se nomearem e de serem nomeadas com expressões diferentes das que marcam masculino ou feminino (“autore”), inserindo também o “x” como variável que permite não especificar gênero nas frases no singular e/ou no plural “autors”, “autorxs”). Da mesma forma, vale destacar o funcionamento do asterisco para substituir a flexão de gênero na escrita (“alun*s”), inscrito em práticas teóricas que buscam dismantlar a norma tradicional sobre a intersexualidade: são incisões em frases nominais – substantivos, adjetivos, nomes, pronomes – quando participam de expressões que fazem referência a uma pessoa ou a um grupo de pessoas.

É a partir dessa articulação entre feminismos e movimentos LGBTTIQ+ que – a meu ver – a questão das formas linguísticas neutras ou não-binárias traz mais novidade, porque está inserida em uma questão sobre as evidências, socialmente naturalizadas, do binarismo de gênero, um questionamento de equivalência entre genitalidade e gênero socialmente atribuído. Nessa esfera, constitui progresso, não tanto em termos linguísticos *per se*, mas em termos políticos, no sentido de um avanço para sociedades mais democráticas e plurais. Por fim, gostaria de salientar que tal surgimento de formas neutras ou não-binárias (com -x, com -e, com -i, asterisco ou qualquer outra variante) não é tão recente como sua difusão massiva nos meios de comunicação ou redes sociais; basta mencionar a circulação do @ na década de 90 nas organizações e grupos contraculturais, em fanzines e panfletos. É, portanto, um conjunto de micro intervenções político-linguísticas diversificadas, que surgem de formas escalonada, na trama comum de uma crítica às evidências que reproduzem e abrangem no plano imaginário a desigualdade entre sexo e gênero. Em especial as formas não-binárias surgem da necessidade de nomear, das mobilizações intelectuais, das ideias e práticas políticas, das experiências tecidas por e entre as pessoas para as quais a atribuição de identidade masculina ou feminina de acordo com critérios biológicos socialmente institucionalizados (homem/mulher) não expressa a própria percepção de gênero.

Voltando à questão do progresso e do impacto de outros tempos no nosso presente, vale considerar que, ao voltar aos arquivos, houve uma tendência a se estudar determinados períodos, figuras e discurso que a história e o cânone têm colocado em um lugar de renome. Nesse sentido, é importante não apenas inscrever os debates atuais nos círculos que já conhecemos ou estudamos, mas também promover novos caminhos para o trabalho arquivístico, a fim de questionar se houve em outros momentos reflexões políticas sobre a linguagem a partir de posições feministas e/ou que questionavam a norma binária. Portanto, são valiosas as pesquisas que, contra a corrente do cânone institucionalizado, investigam os arquivos feministas de outras épocas, já que permitem observar, por exemplo, que as reivindicações das expressões no feminino para designar cargos e profissões ocorrem desde longa data. Vale questionar, então, se a busca por formas neutras ou não-binárias, que distinguem masculino e feminino, é em si um acontecimento recente ou se ainda não enfrentamos uma pesquisa completa baseada na seguinte questão: houve, em outros momentos ou contextos históricos, reflexões sobre a necessidade de produzir morfemas ou formas linguísticas que não respondam à flexão em masculino ou feminino para nomear a nós mesmos e a outras pessoas?

ReVEL - A respeito de sua formação e trabalho como linguista, você tem uma relação notória com as áreas de Análise do Discurso e de Políticas Linguísticas. Na sua opinião, quais são as contribuições que essas duas disciplinas agregam para as discussões sobre a linguagem neutra de gênero?

Mara Glozman - A problematização da expressão de gênero na linguagem surge no seio dos estudos feministas e do ativismo de gênero. O interesse da linguística sobre essas questões é tardio; é resultado de demandas sociais, provenientes de organizações da sociedade civil interessadas em incorporar, institucionalizar, dimensões dessas transformações linguísticas em sua comunicação interna ou pública, seja de organizações políticas públicas ou de meios de comunicação em massa, que buscam especialistas para apoiar a circulação de notas sobre o assunto, entre outros. Na minha opinião, esse atraso, esse *delay* da linguística em abordar o problema, produz efeitos na forma com a qual abordamos essas questões a partir de nossas posições como

linguistas: chegamos quando já se havia estabilizado um determinado discurso, um determinado conhecimento, com o qual, se quisermos contribuir, precisamos dialogar.

Esse conhecimento relativamente estabilizado na atualidade sobre a relação entre linguagem e gênero requer ser entendido à luz da situação em que se formula. Parte da teoria feminista e/ou de gênero dos anos 70, 80 e 90, a partir da qual surgem essas problematizações da linguagem, é criada no calor de um questionamento ao estruturalismo linguístico, à autonomia da língua como sistema, mas também aos materialismos que produziram uma articulação complexa entre linguística, psicanálise e teoria da ideologia. No calor dos anos 70 (final), 8º e seguintes, a própria noção de estrutura começa a nos deixar cada vez mais desconfortáveis, em especial as teorias que excluem o sujeito como fonte plena do dizer. É verdadeiramente um desconforto onipresente, que é reinscrito em vários campos, também em estudos linguagem especializada (linguística, semântica, filosofia); certos conceitos e distinções que a teoria linguística e discursiva havia produzido com esmero estão se tornando turvos pelo avanço de noções gerais de ação e da linguagem. Michel Pêcheux já observou isso com clareza em seu artigo “Sur la (dé-) construction des théories linguistiques”, publicado em 1982.

De alguma forma (proponho isso como hipótese), muitos do conhecimento metalinguístico feminista e/ou com perspectiva de gênero que adquiriu mais difusão hoje em dia se formulam contra ou “esquecendo” as bases da linguística estrutural e do materialismo discursivo, reunindo um conjunto de noções das ciências sociais e da pragmática, utilizando-as para atualizar a ideia de que a linguagem é um instrumento que expressa e concretiza relações de poder. Com isso, nos discursos que são formulados e que circulam desde/entre os feminismos, às vezes retorna a evidência de uma linguagem transparente nas relações sociais e/ou de um/uma/ume falante capaz de escolher plenamente as palavras, sentidos, expressões e proposições linguísticas que inscreve em “seu” falar. Não me refiro a todas as teorias, claro, é importante destacar a heterogeneidade das propostas, muitas das quais desconhecemos ou conhecemos pouco justamente porque tem menor difusão social, mas acontece em muitos discursos atuais de circulação institucional, em guisas, resoluções e documentos de Universidades e outras instâncias, que dá uma certa ideia intuitiva de linguagem como instrumento de comunicação e a imagem de falante livre.

O que pode e deve fazer uma leitura ou análise baseada em pesquisas linguísticas como campo epistêmico nesta situação? Essa questão tem uma grande complexidade, porque diz respeito às relações entre uma posição cidadã, que busca acompanhar intervenções sociais, culturais e políticas destinadas a produzir uma sociedade mais justa, e uma posição epistêmica, que tem o compromisso de produção de conhecimento com respaldo teórico, com princípios e objetivos distintos daqueles da prática política. Em algumas abordagens essa distância é menor. Quando se trabalha com noções mais próximas das ideais gerais da sociedade atual (uma ideia comunicacional de linguagem, noções espontâneas de poder, falante ou pensamento), às vezes as declarações públicas produzidas a partir dessas abordagens assumem a forma de uma legitimação científica do que já é conhecido, o que já vem sendo afirmado pelos próprios movimentos feministas e/ou de gênero. Não é algo trivial, ao contrário, é de fato muito necessário para que os ataques que esses avanços recebem de setores conservadores ou reacionários da sociedade. Mas em tempos do tipo de prática que implica, o papel desempenhado pela linguística é o de uma verificação, sob os modos do fazer científico e da legitimidade que isso confere, de afirmações há (re)produzidas.

Quando as aproximações da linguística com as questões do discurso levantam problemas que vão na contramão das ideias sobre linguagem que circulam na sociedade atual, incluindo as dos movimentos e organizações com as quais queremos construir políticas em comum, quando pesquisamos a partir de teorias que questionam o caráter liberal das ideias de intenção, falante como fonte do dizer ou transparência da linguagem, acontece, então que o que temos para propor como linguistas ou analistas do discurso prejudica nossa própria posição cidadã e vice-versa.

A teoria materialista do discurso e seus dispositivos analíticos, juntamente com dimensões dos estudos de políticas linguísticas, contribuem para propor reflexões e questionamentos que permitem especificar os diversos aspectos envolvidos quando falamos de linguagem, pensar as condições – desejos, mas também conquistas e possibilidades – das intervenções e práticas políticas sobre a linguagem, distinguindo as diversas materialidades e arestas que implicam.

Nessa direção, é produtivo incorporar abordagens que analisem discursos e conhecimento sobre as línguas e/ou linguagem – contribuições de estudos de políticas linguísticas e perspectivas próximas (na Argentina existe uma importante corrente de Glotopolítica) e História das Ideias Linguísticas – como ferramenta de

caracterização do problema. Nesta base, podemos propor uma primeira distinção para descrever os tipos de práticas às quais se refere o sintagma “linguagem neutra” ou “linguagem não binária”. De um lado, as práticas linguísticas: as formas que as expressões nominais adquirem em virtude da marcação de gênero gramatical; com quais formas linguísticas se fala ou escreve. Por outro lado, as práticas metalinguísticas: discursos e conhecimentos sobre a linguagem, materiais discursivos e instrumentos linguísticos que descrevem, explicam, discutem, pregam sobre a linguagem, as línguas e/ou algum de seus aspectos. Então, como se fala/escreve e o que se diz sobre a linguagem tornam-se duas dimensões analíticas diferentes deste problema complexo. Poderíamos até caracterizar relações entre essas duas dimensões: quais formas aparecem ao falar ou escrever (formas masculinas, femininas, neutras ou não-binárias, com que frequência, em que expressões), por um lado, e o que se prega sobre linguagem, ideias e modalidades de conhecimentos que estão reinscritos nesses discursos metalinguísticos, nas posições em debate, nos instrumentos linguísticos relacionados com estas questões.

Por sua vez, voltando à relação entre presente e historicidade, os estudos de políticas linguísticas mostram que a politicidade dos assuntos de língua/linguagem não é algo exclusivo de certos momentos ou sociedades excepcionais. Eventos dessa natureza ocorreram no âmbito de diferentes processos revolucionários, socialmente transformadores e/ou de mudança nas formas de governo do Estado, ocorridos em diferentes condições geo-históricas. Existem também numerosos exemplos que a história fornece sobre intervenções de caráter normativo, proibitivo ou de promoção de certas formas linguísticas em detrimento de outras. A análise das múltiplas modalidades e casos inclui estudos sobre as instituições que produzem e legitimam discursos epistêmicos e normativos sobre a linguagem, órgãos prescritivos, como academias de línguas, o papel de outros aparatos do Estado em termos de políticas linguísticas e da historicização da gramática e da própria linguística no que diz respeito às condições de produção de conhecimento, por exemplo, sobre gêneros gramaticais. Isso permite mover as perguntas que costumam circular, pelo menos na Argentina, em torno deste tema: por exemplo, instituições normativas como a Real Academia Espanhola ou a Academia Argentina de Letras, que costumam ter posições contrárias à difusão de formas neutras ou não-binárias são consideradas vozes legítimas para

pregar sobre o assunto, são enfoques do objeto de estudo antes de uma marca de autoridade.

No que diz respeito à Análise do Discurso, teoria materialista, sob a qual se incluem minhas pesquisas, levanta questões sobre as evidências que funcionam hoje em dia de forma onipresente em grande parte dos discursos metalinguísticos, em particular, nos leva a questionar tanto a “naturalidade” dos discursos prescritivos como a ideia de que a linguagem é transparente no que diz respeito às relações de poder ou das vontades ou cognições dos indivíduos. Com efeito, reintroduz nesses debates - voltando às palavras de Pêcheux- a questão do registro específico da língua e a hipótese do Interdiscurso como exterior constitutivo no qual se formam os elementos do dizer. Quanto à primeira questão, as línguas não são coleções de palavras, são princípios de organização que têm sua especificidade material; isto significa que nem tudo pode ser produzido: existe sintaxe, existem estruturas de frase, existem determinações linguisticamente estruturais que são alheias à vontade do orador. É uma hipótese que sustenta a relativa autonomia da língua: as propriedades ou formas gramaticais não são expressão imediata ou condição de características socioculturais. Isto não implica uma alienação da relação entre linguagem e cultura, entre linguagem e história ou relações sociais; ao contrário, há também, a partir dessa perspectiva, sobredeterminações que determinam o que pode e deve ser dito na ordem do discurso, incrustadas em formações ideológicas. Mas uma língua ou determinados traços gramaticais não são em si machistas ou inclusivos, progressistas ou conservadores, melhores ou piores. Será preciso, em todo caso, analisar os sentidos que adquirem esses elementos nas tramas e condições discursivas nas quais são usados. Se um morfema não-binário ou neutro (-e) é enunciado a partir de uma posição cis refere a um homem trans o a uma travesti, é justo desde uma perspectiva de gênero?

A hipótese do Interdiscurso sustenta que, em cada nova instância de dizer, se reinscrevem, pelas nossas costas e para além da nossa vontade, vestígios e elementos que provêm desse exterior constitutivo em que os elementos e as relações discursivas se formam. Essa é uma teoria interessante para intervir nas discussões atuais sobre a linguagem, porque põe em questão a ideia difundida de que o locutor exerça toda a opção de dizer de acordo com suas intenções e percepções do mundo. O significado das frases e expressões não é transparente nem unívoco em relação a algo como a intenção, olhar ou percepção de quem o pronuncia, seja sobre

outrxs ou sobre si mesmxxs. Em suma, a teoria materialista exige a hipótese do não-tudo: nem tudo na linguagem é suscetível de ser intervencionado sob o chamado da vontade, nem tudo o que dizemos é plausível para ser considerado uma expressão de uma (tomada de) consciência ou ser regido por um exercício de controle metalinguístico. Na verdade, nunca sabemos completamente o que dizemos, que significados e relações, quais ecos e impressões habitam nosso dizer.

É uma linguística que parece um desmancha-prazeres face ao entusiasmo dos cidadãos, mas não bloqueia o progresso; pelo contrário, permite-nos reconfigurar as questões que precisamos colocar, a partir de uma posição de cidadão comprometido com uma sociedade mais justa, sem perder de vista as complexas determinações materiais da produção e escuta linguístico-discursiva: quais possíveis decisões e intervenções sobre a linguagem podem, então, ser realizadas no âmbito das políticas de gênero para uma sociedade mais justa? Qual a sua abrangência, em que aspectos, quais as modalidades mais convenientes?

ReVEL - Você atua na Universidad Nacional de Hurlingham (Província de Buenos Aires, Argentina) e com frequência participa de encontros acadêmicos no Brasil: acredita que esses dois países e essas duas línguas se relacionam de maneira similar sobre a ideia de uma linguagem inclusiva de gênero? Quais seria os pontos convergentes e divergentes?

Mara Glzman - Parece-me importante que haja interesse em pensar sobre questões de desta natureza, não só pela proximidade geográfica, que proporciona condições de viabilidade de intercâmbios científicos e aproximações entre nossos países, mas também porque precisamos de avançar com um diálogo em torno das nossas políticas linguísticas. Elvira Arnoux, referência argentina em estudos glotopolíticos, vem insistindo em políticas linguísticas de integração regional desde a criação do Mercosul nos anos 90, com a necessidade de significar português brasileiro na Argentina, não como língua estrangeira, mas como língua de integração. Isto implica um esforço de escuta mútua, tempo para estudar as historicidades e condições presentes de ambos os países.

Argentina e Brasil têm histórias muito diferentes e articulações diferenciadas sobre a formação social, as línguas e os processos de constituição do conhecimento metalinguístico. São dois países constituídos por processos de colonização que afetam também as relações sociais com as línguas e as políticas de línguas. Para fazer ressoar o título de um livro maravilhoso de Eni Orlandi, Brasil e Argentina compartilham a frase “Terra à vista!”, mas com significados diferentes e em outras engrenagens. Compartilham, também nas palavras de Eni Orlandi, esse status complexo, contraditório, da relação com a língua, na Argentina com o espanhol e no Brasil com o português: a língua é e não é a mesma que a do colonizador. Compartilham a configuração multilíngue e uma relação desigual entre as línguas e variedades linguísticas dentro de cada país. Mas precisamos questionar, e aí a análise arquivística e discursiva é fundamental, as dimensões materiais diferenciais em/entre essas historicizações, nos discursos e imaginários em torno do Estado, nos sentidos de “brasilidade” e “argentinidade” que também são colocados em jogo quando falamos de práticas linguísticas e metalinguísticas.

À primeira vista, pode parecer que estas observações não estão relacionadas com a questão sobre uma linguagem inclusiva de gênero, mas penso que não é inteiramente esse o caso. Como mostraram as pesquisas sobre a História das Ideias Linguísticas no Brasil e sobre Glotopolítica histórica na Argentina, a história (neste caso das línguas e conhecimento linguístico) não é o que aconteceu no passado: afeta e deixa rastros significativos na atualidade. Quando observamos os modos de debate sobre o gênero neutro ou não-binário, quais questões estão envolvidas, desde quais posições ou lugares são legitimados, que discursos emergem em torno das populações e dxs falantes, que ideias passam a circular a respeito de gramática, as instituições a “língua oficial”, é preciso compreender que o tempo não é linear e que essa historicidade complexa continua produzindo efeitos.

Um primeiro ponto convergente, então, é aquele que toca as bases lançadas em jogo em intervenções que promovem as formas neutras ou não-binárias. Acredito que, tanto no Brasil quanto na Argentina, ao falar sobre linguagem inclusiva em relação ao gênero, não apenas se está dizendo que a sociedade é injusta e desigual nas relações sociais numa perspectiva sexo-gênero: diz-se que problematização da linguagem é precisa, porque a injustiça e a desigualdade estruturais se expressam também nas avaliações sobre os modos de falar, sobre variedades linguísticas, nos imaginários de

“língua correta” e “desvios da norma”. Isto ocorre de diferentes maneiras, porque as tensões e as desigualdades, as condições dos discursos racializados - retomando aqui a categoria de Rogério Modesto – são diferentes, mas penso que a questão da linguagem inclusiva de gênero sensibiliza tanto Argentina como Brasil, que têm raízes na relação estruturalmente desigual entre línguas e variedades linguísticas, nos imaginários sobre “língua correta” e na persistência dos processos coloniais em situações atuais. Nesse sentido, algo interessante que venho observando no Brasil é a reinscrição dos escritos de Lélia Gonzalez quando se trata de pensar condições do debate brasileiro sobre a linguagem neutra.

Há, ainda, uma divergência quanto aos discursos sobre autoridade linguística: na Argentina, a Real Academia Espanhola, suas políticas, declarações e instrumentos continuam sendo uma questão no debate público sobre a língua. Os discursos de “soberania idiomática” contra a Espanha não são apenas elementos de um arquivo do século XIX ou certas conjunturas do século XX: eles retornam hoje como sintoma de um problema não resolvido. Na verdade, em muitos textos feministas da Argentina atual retornam declarações que reivindicam a soberania para a tomada de decisões sobre a língua, contra as declarações prescritivas da corporação madrilenha.

Da mesma forma, o exercício da controvérsia pública como prática discursiva e um grau aberto de politicidade nas discussões sobre a língua (incluindo a questão das instituições, do Estado nacional, dos dicionários, da soberania em matéria linguística) são dois elementos que traçam uma transversalidade entre os séculos XIX, XX e XXI. Sabe-se, a partir de trabalhos de pesquisa, que também no Brasil houve situações de debate público sobre “a língua nacional” (por exemplo, as análises de Luiz Francisco Dias sobre as décadas de 1930 e 1940), mas – de forma intuitiva – poderíamos levantar a hipótese de que no Brasil a legitimidade do campo político para produzir conhecimento metalinguístico tem um peso menor em comparação com o discurso gramatical e/ou científico dos estudos linguísticos. Isso poderia gerar diferenças nos temas atuais: a intervenção política sobre a linguagem na Argentina tem maior pregnância, faz parte das evidências do discurso social; a discussão é, em todo caso, quais políticas, quais lugares discursivos ou instituições têm autoridade e sobre quais variedades. Em termos mais amplos, não apenas no que diz respeito às questões sobre linguagem, há uma posição diferente quanto à natureza controversa do discurso e formas abertas de confronto político.

Embora eu tenha me dedicado mais a analisar os discursos que promovem a linguagem inclusiva do que aqueles que procuram proibi-la ou restringi-la, também é plausível indagar quais diferenças existem nas formas de sustentar posições proscritivas. Em ambos os países existem iniciativas reacionárias desse tipo, mas no Brasil se multiplicaram entre 2019 e 2022. Seria interessante produzir um arquivo com resoluções e projetos de lei, apresentados em ambos os países, nos quais se propõe proibir o uso ou circulação de linguagem neutra, não-binária e/ou inclusiva de gênero; poderia ser relevante analisar os fundamentos e considerações, as referências de autoridade e o funcionamento da autoria, as discursividades que trabalham nos textos (discurso gramatical, religioso, jurídico), entre outros elementos.

ReVEL - A linguagem também é um “lugar” no qual se pratica política. Acredita que as pessoas que se pronunciam contra o uso da linguagem neutra o fazem por razões não linguísticas *per se*?

Mara Glozman - Existem razões distintas. Acredito que as condições que medem as dinâmicas e projetos confrontados na conjuntura política atual e dos últimos 10 ou 15 anos na Argentina e no Brasil incidem nos sentidos que adquirem essas questões. As posições sobre a linguagem neutra, sobre as formas não-binárias e sobre linguagem inclusiva estão incorporadas em políticas e discursos sobre gênero e sexualidades, são um elemento dessas tramas. Como dito anteriormente, as problematizações da linguagem em relação ao gênero partem das preocupações e articulações de movimentos e organizações sociais que questionam o caráter desigual histórico e atual das nossas sociedades. Desde 2006, a Argentina tem uma política ativa em relação a direitos de gênero e diversidade sexual, promovida a partir de instituições e organizações estatais, como resultado de décadas de manifestações públicas dos movimentos feministas e LGBTTIQ+, de organizações da sociedade civil que lutaram por justiça para grupos e setores que historicamente foram excluídos ou discriminados no acesso aos direitos universais por razões de gênero e/ou orientação sexual. Isto inclui uma política de formação cidadã em Educação Sexual Integral (2012) e sobre questões de gênero num sentido mais amplo. A formação sobre gênero é obrigatória, por lei (desde 2019), para todas as pessoas que possuem cargos públicos. As questões relacionadas à linguagem inclusiva de gênero aparecem, portanto, como elemento do

conjunto de leis e programas que abordam essas dimensões. Nessa direção, por exemplo, a lei de identidade de gênero (2012) inclui expressamente o direito à expressão e ao tratamento digno de acordo com a identidade de gênero, independentemente do sexo atribuído no nascimento. Como apontado por Iago Moura, os mecanismos que estabelecem direitos para pessoas LGBTTIQ+ são diferentes na Argentina e no Brasil: na Argentina houve a tendência de absorver essas demandas da sociedade civil através do exercício de instituições legislativas; no Brasil, a tendência foi de responder através de instituições judiciais.

No que diz respeito especificamente à linguagem, desde 2015, e com maior força desde 2019, um conjunto amplo e heterogêneo de organizações e instituições públicas (Banco Central, Universidades, Conselho Interuniversitário Nacional, Organizações da Saúde, o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade, Câmara dos Deputados da Nação, entre muitos outros) produziu materiais, instrumentos linguísticos, principalmente guias, destinados a promover certas formas de linguagem inclusiva em relação ao gênero. Em termos gerais, as políticas promovidas neste sentido variam entre duplicar as formas no feminino e no masculino, em vez de formas não-binárias e aceitar qualquer variante de linguagem inclusiva de gênero, incorporando também a possibilidade de formas não-binárias. Por outro lado, o avanço de expressões públicas com linguagem não-binária (em particular, o uso de terminações com -e) se difundiu na mídia de massa através de intervenções juvenis e de grandes grupos de adolescentes que acompanharam ativamente a campanha pela legalização do aborto em 2018. Nos últimos anos, entre 2019 e 2023, a criação de ministérios de gênero (a nível nacional e provincial) promoveu a produção e difusão de materiais metalinguísticos que abordam essas questões.

Essa caracterização permite compreender um aspecto não menor das condições nas quais se formulam e circulam os discursos que rejeitam o uso de uma linguagem neutra. Na Argentina, uma parte substancial dessas posições associa as políticas linguísticas com perspectiva de gênero e a circulação de formas não-binárias com os peronismos de raízes populares e com os governos kirchneristas em especial. Com efeito, o antiperonismo/anti-kirchnerismo e a rejeição da linguagem não-binária aparecem entrelaçados em muitas das intervenções discursivas que deslegitimam essas formas linguísticas. No entanto, esta não é uma relação linear, dado que tanto as posições que acompanham a promoção de formas não-binárias ou

inclusivas como aquelas que as rejeitam são transversais em termos de partidos ou “identidade política”.

Há outro aspecto que tem sido apontado por colegas que investigam estas questões, entre elxs Juan Eduardo Bonnin: as posições contra a linguagem não-binária geralmente transmitem discursos conservadores ou reacionários em torno da sexualidade e identidade de gênero. Em muitos casos, tais discursos são apoiados por matrizes de raízes biologicista em que o sentido de identidade sexual é equivalente à genitalidade. A circulação de discursos que rejeitam a distinção entre genitalidade e gênero, e regulamentos relativos à (cishetero)sexualidade, também tem efeitos sobre os usos de formas não-binárias: em uma terminação com -e ou com -x o, entra em jogo a expressão de um desejo de si e de outrxs que desmonta – transborda ou perturba – o a pressuposição da existência natural de uma atribuição sexual específica determinada de antemão, genitalmente e sob o regime de um binarismo excludente (*varón o mujer se nace, se es o bien varón o bien mujer*). Representam modos de dizer *heme aquí, eppur si muove*.

Agora, não são necessariamente os discursos contrários às transformações nas desinências de gênero das formas nominais transmitem posições reacionárias em questões políticas e/ou de direito à identidade de gênero e diversidade sexual. Existem outras dimensões que afetam as condições de produção destes discursos, e que dizem respeito mais propriamente às relações imaginárias com a língua. A escola e as instituições educacionais, a mídia, a família e vários outros dispositivos de subjetivação (re)produzem incessantemente declarações e conhecimentos que geram um efeito de sentido moral sobre certas formas linguísticas. A ideia de que formas corretas ou incorretas existem naturalmente na língua e o discurso moralizante do bem e do mal para pregar sobre as variantes linguísticas participam ativamente nos dispositivos de produção de cidadãxs; são ideias que são internalizadas e expressas como próprias por dxs falantes.

Tais processos de formação de uma “moralidade idiomática” reinscrevem em cada sujeito um caráter afetivo em sua relação com a língua, que se apresenta ao indivíduo como algo próprio e pessoal. E é, pela eficácia material do imaginário, e porque, na verdade, existem vestígios linguísticos que tocam camadas da experiência corporal, as quais não poderíamos explicar totalmente. A naturalização de uma moralidade intrínseca da linguagem produz sujeitos indignadxs diante do

aparecimento do que é percebido como um desvio ou deformação da própria língua. Na Argentina, desde posições politicamente progressistas, é moralmente sancionado como um erro e um sintoma inequívoco “de pouca cultura”, por exemplo, o uso do condicional para expressar o período hipotético: “*si yo diría*”, em vez de “*si yo dijera*”. As classes médias urbanas são reativas a essas variantes, moralmente significadas: isso os repele e os atrai, porque é aí que se aninha, na sua condição social imaginária, a diferença cultural em relação aos setores populares. Os setores médios tendem a ser extremamente

conservadores quando se trata de língua: “falar e escrever bem” é sua pequena garantia de distinção. Os puristas não são mais – diria Jean-Claude Milner – que homens apaixonados pela sua língua.

A favor de uma melhor caracterização do cenário atual, tanto para fins analíticos como de intervenção política, e pela busca de uma certa justiça, convém questionar a ideia de que a rejeição do uso de formas neutras ou não-binárias responde a razões uniformes e homogêneas, e que implica necessariamente uma avaliação negativa das políticas para expandir os direitos das mulheres e pessoas LGBTTIQ+. Considerar que há outros motivos e causas, que talvez haja entre determinados setores uma pregnância conservadora na relação com a língua, que não significa univocamente uma rejeição daqueles que colocam em prática essas formas inovadoras ou às políticas de gênero que as apoiam, podem ser relevantes para analisar discursos, mas também no caso de produzir materiais para a difusão e compreensão dessas temáticas.

ReVEL - Tradicionalmente, costumamos encerrar as entrevistas da ReVEL com sugestões bibliográficas. Poderia indicar aos leitores alguns textos sobre linguagem neutra?

Mara Glozman - A bibliografia sobre linguagem inclusiva de gênero, linguagem não-binária e/ou neutra é abundante e cresceu exponencialmente nos últimos anos, não apenas na nossa região, mas também em países europeus. Neste quadro, parece-me interessante compartilhar, para finalizar esta entrevista, algumas sugestões bibliográficas que possam contribuir nessa direção de pensar pontos convergentes e divergentes entre Argentina e Brasil em relação a essas temáticas a partir de abordagens que se articulam com perspectivas discursivas.

Nesse sentido, entre muitos outros, destaco o artigo de Mónica Zoppi Fontana (2015) “Língua oficial e políticas públicas sobre equidade de gênero”, publicado na revista *Línguas e Instrumentos Linguísticos* N° 36 (p. 221-243), o volume compilado por Fábio Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othero, intitulado *Linguagem “neutra”: Língua e gênero em debate* (2022, Parábola), o dossiê “Discursividades disidentes. Reflexiones sobre el lenguaje no sexista, el lenguaje inclusivo y los discursos con perspectiva de género”, publicado na revista argentina *Descentrada*, sob coordenação de Carolina Tosi e María Eugenia Hermida, e o dossiê da revista brasileira *Caracol* “Contribuciones situadas y multidireccionales del pensamiento queer (cuir/kuir) y las disidencias sexo-genéricas en los estudios hispánicos”, organizado por Antón Castro Míguez, Facundo Saxe e Juan Pablo Sutherland. Além disso, gostaria de mencionar dois livros coletivos publicados na Argentina, que trabalham na articulação entre escritas poéticas, analíticas e políticas: *Interdicciones: Escrituras de la Intersexualidad*, editado por Mauro Cabral (2009, Anarrés), no qual há reflexões interessantes sobre o funcionamento do asterisco e *Antología degenerada. Una cartografía del lenguaje inclusivo*, publicada pelo Museu do Livro e do idioma da Biblioteca Nacional com a coordenação de Sofia de Mauro (2020). Destaco aqui também o incipiente trabalho de Aylén Herrera em torno dos sentidos de silêncio que estão embutidos nas práticas dos movimentos feministas e LGBTIQ+, “Discursos y políticas sobre el silencio vinculados a los movimientos de géneros actuales en Argentina. Un análisis de los manifiestos de Ni Una Menos (2016-2022)”. Herrera retoma *As Formas do Silêncio*, de Eni Orlandi, e produz uma leitura crítica de algumas afirmações de grande significado nos últimos anos, como *o que não tem nome não existe*.

Por fim, incluo algumas sugestões bibliográficas para uma abordagem mais ampla dos problemas dos feminismos atuais: entre muitas outras, a tese de Glória da Ressurreição Abreu Franca (2022), intitulada “Gênero, raça e colonização: a brasilidade no olhar do discurso turístico no Brasil e na França”, pela interessante articulação analítica sobre a persistência da colonização, e o dossiê “Materialismos feministas”, organizado por Natalia Romé na *Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía*, que questiona, a partir de diferentes lados da teoria e da prática materialistas, as questões de gênero na atualidade.

Editoras e editores

Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL

Qualis A2

ISSN 1678-8931

www.revel.inf.br